

as rubricas próprias atribuídas aos arquivos, ou seja, são organismos inexistentes. Um outro aspecto a revelar uma tendência pouco rigorosa, do ponto de vista de quem deve dominar a área de conhecimento dos arquivos, é a análise aos recursos humanos (ex. «carreiras técnicas relacionadas com a comunicação dos documentos...»). As carreiras BAD estão claramente definidas no âmbito da Administração Pública.

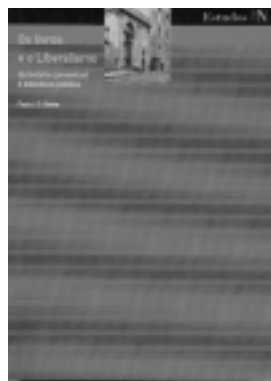
Se é compreensível o aspecto da comunicabilidade dos documentos para os investigadores, as tarefas dos arquivistas não se esgotam nesta vertente, antes a devem ultrapassar e ganhar foros de eficiência e eficácia no seio das administrações. Os resultados apresentados no quadro 18 são particularmente significativos: cerca de 50% dos organismos com serviços de arquivo não possuem pessoal com formação na área BAD, ou seja, mesmo nas organizações onde estão previstos lugares para especialistas, estes são substituídos por outros, sem qualificação ou formação, mas que correspondem a outros perfis e objectivos... Uma outra nota não menos importante é a que se refere ao não preenchimento de lugares disponíveis (p. 74). Esta situação demonstra um desinvestimento claro nas unidades documentais, considerando aqui os centros de documentação e informação. Ao arripio de todas as declarações orientadas para a qualificação e desenvolvimento das competências profissionais, continuamos a verificar que a função social dos arquivos ainda continua muito afastada da gestão das organizações e ainda é encarada na sua vertente mais conservadora das funções meramente patrimonialistas.

Por último, refira-se uma apresentação de um conjunto de referências bibliográficas, de actualidade e perspectivas conservadoras, e um conjunto de anexos de grande valia técnica que, por sua vez, constituirão um óptimo embrião para futuras realizações e actualizações do trabalho agora realizado.

Silvestre Almeida Lacerda

Diagnóstico aos Arquivos Intermédios da Administração Central. Lisboa, Observatório das Actividades Culturais e Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2003.

ISBN: 972-8488-26-2/972-8107-76-5.



OS LIVROS E O LIBERALISMO: DA LIVRARIA CONVENTUAL À BIBLIOTECA PÚBLICA

O autor propôs-se estudar as consequências que a extinção das ordens e congregações religiosas, no período do liberalismo, teve nas bibliotecas dessas instituições, tomando como base principal

a documentação existente no actual arquivo histórico da Biblioteca Nacional, além de outros muitos documentos dispersos nas secções de manuscritos da mesma biblioteca, e ainda de outros arquivos.

Como é explicitado ao longo da 1.ª parte da monografia, que se ocupa do "Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos", assistimos à criação deste Depósito logo em 1834, à actuação da comissão administrativa encarregada de o gerir, e a sua "natural" fusão na Biblioteca Nacional. Tendo em conta este facto, apresenta-se como óbvio que, para estudar com seriedade este longo e penoso processo, no "conturbado ambiente político e social existente no país", fosse indispensável socorrer-se a todo momento da documentação integrada na Biblioteca Nacional. Vale a pena aqui referir que se contam por centenas os manuscritos compulsados a que as notas de rodapé remetem, e que se encontram elencados nas "Fontes", com os títulos ou um breve resumo de cada documento (o que virá facilitar futuras investigações).

Se não foi possível quantificar o número certo das livrarias e o número de obras (ou volumes, o eterno problema das bibliotecas!) com que o Depósito teve de lidar, ele é de certa monta, e a apresentação dos dados, por aproximações sucessivas, foi um dos muitos problemas com que o autor teve de lidar: os anexos 1 a 19 apresentados em forma de quadros são disso prova evidente. Cada caso é seu caso, e cada mosteiro, convento, casa ou colégio, e as respectivas livrarias tiveram o seu processo próprio, se não totalmente individualizado, muito diversificado tendo em conta vicissitudes de toda a espécie.

A organização interna do Depósito e da comissão administrativa encarregada de o gerir ocupa 30 páginas que reflectem as dificuldades internas, de carências de pessoal, de verbas exíguas, etc.; e as de fazer cumprir ordens superiores junto das entidades locais, sujeitas às mais variadas pressões, e a limitações orçamentais e culturais. Basta dar como exemplo a tarefa da elaboração dos inventários e/ou catálogos das bibliotecas a remeter ao Depósito, como fase preliminar do destino a dar às mesmas, para cuja execução se tornava quase impossível encontrar pessoas minimamente habilitadas, em locais por vezes recônditos.

Da gestão deste património bibliográfico ingente, e caótico por vezes, se ocupa a 2.ª Parte, com as entradas – as chamadas incorporações – e as subsequentes saídas sob a forma de permutas, vendas e doações. Fica o leitor com uma visão abrangente daquilo que, distrito a distrito, sucedeu neste intrincado processo. O Depósito sediado no antigo convento de S. Francisco, paredes meias com as instalações da Biblioteca Nacional, não chegou a ser um depósito geral, mas sim um organismo coordenador e depósito de livrarias especialmente da cidade de Lisboa e da província da Estremadura. Porto e Coimbra, uma graças ao «peso da Universidade», outra devido ao «peso de uma cidade na implantação do regime» constituíram casos à parte. Casos à parte também, foram as livrarias de casas conventuais anexas a palácios reais (Mafra e Necessidades) ou a outras instituições (Academia das Ciências e Casa Pia). Negligências várias por parte de quem deveria ter acautelado objectos tão frágeis quanto os livros, quer nos locais de origem, quer nos processos

de remoção e no próprio Depósito, originaram extravios e perdas irreparáveis. Se as permutas e as vendas ocupam dois pequenos, embora substanciais, capítulos, já aquele que se refere às doações toca temáticas da maior relevância: a criação de «bibliotecas públicas» na sede dos distritos, o enriquecimento das bibliotecas das secretarias de Estado, a dotação de bibliotecas nos liceus nacionais que vão sendo criados «num processo moroso e tardio». O caso da Biblioteca Nacional, encarada nesta conjuntura «como repositório por excelência do acervo bibliográfico» e como «vértice de um programa nacional de bibliotecas», com o enriquecimento das suas colecções, vêm a merecer atenção especial. Confirma-se o que era um dado aceite por quem lida com as próprias espécies bibliográficas desta instituição ou com os catálogos que registam as marcas de posse.

No final, além de se apresentar um balanço da matéria desenvolvida, a formulação de uma série de questões pertinentes deixa o campo aberto aos estudiosos das matérias envolvidas.

Talvez um pouco fora do contexto, o autor considera ainda a questão das livrarias sequestradas aos miguelistas, e aflora a dispersão de bibliotecas aquando da expulsão dos jesuítas no tempo do marquês de Pombal e alude aos estragos atribuídos às invasões francesas.

Será bom salientar ainda outros aspectos que tornam o trabalho digno de mérito e da distinção com que foi galardoado – o Prémio Raul Proença 2001 – o facto de nos casos considerados oportunos, comparar o que em Portugal se passou

com situações idênticas às da França e Espanha; de possibilitar com as fontes apresentadas, e respectivas cotas, o acesso a documentação dispersa. Estamos de facto perante um trabalho de leitura indispensável para quem se interessa pela história das bibliotecas; para quem trabalha com colecções de livro antigo, para quem se dedica à história de Portugal na época do liberalismo; para quem se dedica a estudos de história local, para quem queira saber sobre as livrarias conventuais no Antigo Regime.

Paulo Barata utiliza um modo de escrever fluente, o que nem sempre acontece em obras deste teor, abona as afirmações que vai produzindo com extractos dos textos de que se vai servindo, em número suficiente, sem que, no entanto, o leitor perca o fio à meada. Vamos, assim, presenciando o desenrolar de um processo que levou ao dismantelar de grandes ou reduzidas bibliotecas e sua posterior incorporação em bibliotecas já formadas ou noutras que entretanto foram criadas, ou apenas a mudança de dono...

Isabel Cepeda

BARATA, Paulo J. S.

– *Os livros e Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública.*

Lisboa, Biblioteca Nacional. 2003